

A EDUCAÇÃO E O HORIZONTE REVOLUCIONÁRIO: UM NEXO INDISSOCIÁVEL A PARTIR DO PENSAMENTO DE ANTÔNIO GRAMSCI

Pedro Santos¹

Universidade Federal do Piauí UFPI/PI

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo refletir acerca do conceito de educação em Antônio Gramsci e, para tanto, realizamos um estudo bibliográfico dos escritos pré-carcerários (1910-1926), das cartas do cárcere e de alguns textos dos cadernos do cárcere a fim de compreender melhor o tema em estudo. A partir dessa trajetória, entendemos que o trabalho apenas apresenta elementos que podem contribuir para o entendimento do conceito em pauta, mas jamais o esgota, o que nos impulsiona a continuar os estudos em busca de maior aprofundamento.

Desta feita, partimos da seguinte indagação: como se define e a quem se propõe a educação na perspectiva gramsciana? Para construção de respostas a essa questão, selecionamos textos com base em alguns critérios, como pertinência o que significa que o material escolhido deve ser relevante para o entendimento do assunto e complementariedade entre os textos que interligados- mesmo escritos em momentos diferentes da trajetória do autor- contribuem para a compreensão do tema em questão.

Seguindo essa trilha, compreendemos a educação como um processo de elevação cultural e moral dos subalternos e que tem como propósito contribuir para a fundação de um novo ordenamento social que é o socialismo. Ela é um componente do processo revolucionário e que possibilita à classe trabalhadora (operários e camponeses) a apropriação e a recriação do acervo cultural herdado e adquirido historicamente para se afirmar no mundo como construtora de uma nova forma de sociabilidade contra e para além do capital.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Federal do Piauí, área de Fundamentos Filosóficos da Educação, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), membro fundador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Educação (GESPEM), fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Educação e Subalternidade em Antônio Gramsci (FILOGRAMSCI) e colaborador do grupo de estudo GGRAMSCI da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: santos.pedroperreira@gmail.com

1 O olhar de relance sobre o horizonte revolucionário gramsciano

O projeto político revolucionário de Gramsci relaciona-se de forma indissociável ao debate educativo que se constitui e desenvolve em dois momentos. O primeiro deles refere-se ao período pré-carcerário no qual a educação tem como finalidade *par excellence* promover uma consistente formação da classe trabalhadora para a luta de transformação substantiva do mundo, o que implica a superação da sociedade capitalista. O segundo momento é marcado pelo período carcerário no qual essa finalidade permanece, mas a possibilidade de explicitá-la torna-se algo difícil devido à censura fascista.

Mesmo assim, intransigente e coerente com a perspectiva revolucionária, o pensador na fase carcerária escreve as cartas para se comunicar com familiares e com membros do Partido Comunista Italiano (PCI), os cadernos miscelâneos que contém temas variados e os cadernos especiais nos quais o autor sistematizou e aprofundou assuntos diversos com o intuito de contribuir para o fortalecimento da luta das classes subalternas.

A educação vinculada à política revolucionária se expressa desde a fase da produção dos escritos pré-carcerários² à fase carcerária na qual Gramsci escreveu as cartas e os cadernos do cárcere. Nestes, como bem ressalta Manacorda (2008), Gramsci desenvolve a escrita criptográfica que entendemos como necessária para manter a sua integridade psicofísica e a intransigência na construção de uma sociedade socialista.

Assim, isolado, com problemas de saúde e sob coerções impostas pelo fascismo italiano que tinha como expoente Benito Mussolini, o prisioneiro criava termos que fissuravam o sistema de vigilância carcerária e interagia, mesmo que de forma epidérmica³, com seus familiares, outros prisioneiros e militantes políticos.

Os escritos pré-carcerários e os da prisão são testemunhos da luta pela emancipação humana. Neles, percebemos que mesmo no isolamento, Gramsci ainda obteve forças para defender o socialismo a que se referia com termos como ‘novo condicionamento’, ‘reforma intelectual e moral’, dentre outros. Essa criptografia carcerária contribuiu para Gramsci burlar, de certo modo, a censura fascista e registrar suas ideias

² Embora, entendamos que o pensamento do autor passe por um longo processo de amadurecimento em que o idealismo tão presente no início de sua formação intelectual e política é superado pelo materialismo histórico dialético.

³ O termo expressa um tipo de relação sem o contato intenso e direto de um determinado sujeito com os seus interlocutores. Era o que ocorria com Gramsci que, isolado, comunicava-se apenas por cartas com os que faziam parte do seu ciclo de relações sociais e que, por não poder vê-los e interagir diretamente com eles, a relação tornou-se distante, epidérmica.

revolucionárias acerca de temas diversos, como cultura, economia, linguagem, política, intelectual e educação.

É do conjunto da obra de Gramsci que podemos identificar o seu projeto político de superação da sociedade burguesa e de busca da afirmação da sociedade socialista. Mas tal propósito não se efetiva apenas pelas contradições inerentes ao próprio sistema capitalista e nem se realiza por ações imediatistas que visam atender as demandas urgentes das massas populares e que, posteriormente, se configuram como políticas reformistas. E tampouco, concretiza-se de forma espontaneísta por sujeitos individuais ou grupos sociais que de forma esporádica realizam ações que visam modificar aspectos da realidade social, mas mantendo-se distante da classe trabalhadora.

Pelo contrário, a revolução socialista exige um programa de luta permanente fundado no marxismo, inspirado na revolução russa e na síntese das necessidades, conquistas e aspirações das classes subalternas italianas que são sistematizadas pelos intelectuais do partido que pretendem mobilizá-las, potencializá-las como sujeitos revolucionários a fim de travar uma luta contra o Estado burguês para superá-lo com a implantação de uma nova forma de sociabilidade humana.

Essa finalidade política é conquistada pelos trabalhadores, conforme Gramsci, na medida em que a estrutura e a superestrutura da sociedade capitalista modificam-se de forma processual e radical. Isto significa que uma nova sociabilidade implica transformações profundas na dimensão econômica, social, política e cultural.

2 Educação como processo de elevação intelectual e moral dos subalternos

É de acordo com esse escopo que Gramsci compreende os fins que sustentam o processo educativo do sujeito histórico e os expressam ao longo dos seus escritos. Nessa direção, a educação vincula-se ao processo de construção da sociedade socialista e se destina a formar o humano como ser capaz de ‘tornar-se dirigente’, de pensar por si mesmo de forma molecular, individual, mas também como sujeito histórico de convicção íntima que luta coletivamente para a conquista da emancipação humana.

A afirmação do ser humano como dirigente se expressa desde quando Gramsci (2004a) defendia a necessidade de uma sólida formação da classe trabalhadora num artigo de 29 de Janeiro de 1916, intitulado Socialismo e Cultura no qual se opõe, sobretudo, a

Enrico Leone⁴ e a Amadeo Bordiga por defenderem o ativismo da classe trabalhadora em detrimento de um consistente programa político-cultural para fortalecê-la como dirigente e dominante.

Nesse trabalho, mesmo não criticando diretamente a dicotomia entre teoria e prática, o pensador italiano sinaliza para um dos possíveis entraves do socialismo, como o ativismo espontaneísta que predominava nos militantes partidários. A ação carente de reflexão crítica poderia incorrer num embate desastroso para os trabalhadores na medida em que não se fortaleciam culturalmente para o enfrentamento da sociedade burguesa.

Ciente da resistência do poder burguês e da necessidade de superá-lo, Gramsci defende a formação cultural e política dos trabalhadores como forma de prepará-los como sujeitos revolucionários. Apropria-se assim do pensamento do poeta romântico Novalis que afirma a necessidade de o homem compreender-se para compreender os outros e o de Gean Battista Vico, pensador italiano, que interpreta de forma política o dito de Sólon ‘conhece-te a ti mesmo’ apropriado pelo filósofo Sócrates em sua filosofia.

Com base no pensamento de Vico, Gramsci compartilha da ideia de que Sólon ao defender o seu dito, instigava os plebeus a lutarem contra os nobres que os concebiam como seres inferiores e incapazes de conquistarem a mesma condição de igualdade. Gramsci relata-nos que foi do embate entre esses opositores que emergiu a consciência de igualdade inspiradora de modelos democráticos do mundo antigo.

A partir dessa reflexão acerca da necessidade de o humano conhecer a si mesmo e de lutar para se afirmar no mundo enquanto sujeito da história é que Gramsci discute o conceito de cultura de forma negativa e afirmativa. Na abordagem negativa de cultura, ele alerta-nos para o fato de que:

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que ele depois irá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder em seguida, em cada ocasião concreta, responder aos vários estímulos do mundo exterior. Essa forma de cultura é realmente prejudicial, sobretudo para o proletariado. (GRAMSCI, 2004a, p. 57)

⁴ Leone era sindicalista membro do Partido Socialista Italiano (PSI) e Bordiga foi membro de tal partido, tornando-se posteriormente um dos fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI) e dirigente deste no período de 1921-1924. Pela posição extremista e contrária à orientação da Internacional Comunista, Bordiga foi afastado da direção do partido e Gramsci ocupou o cargo em 1923. A crítica a Leone e a Bordiga ocorre devido compartilharem da ideia de que a formação cultural da classe trabalhadora não deveria ser preocupação do partido. Gramsci posiciona-se contra tal pensamento e defende a educação política dos trabalhadores como forma de prepará-los para a luta revolucionária.

Nessa acepção, a cultura é criticada por Gramsci, porque reduzida ao saber herdado, acumulado e apropriado pela classe dominante. No processo de apropriação do conteúdo, o humano que deveria ser ativo, transforma-se em passividade, em algo a ser preenchido pelos dados recebidos por aquele que transmite o saber. Nesse sentido, a cultura nega o espírito inventivo e criativo do ser humano, pois o limita à condição de receptáculo do que lhe transmite, tornando-o incapaz de recriar criticamente o que foi aprendido.

Nessa discussão, entendemos que a concepção de cultura une-se à concepção antropológica gramsciana na medida em que critica a ideia de o homem ser concebido como 'recipiente' que, preenchido, responde aos estímulos externos. Entendido assim, o homem que recebe o que adquire de outrem, mas não consegue reelaborar o que lhe foi transmitido, torna-se um depósito de algo alheio e um desconhecedor de si mesmo e do mundo em que vive.

Nesse sentido, a cultura que poderia ser sinônimo de conquista para a intervenção do homem no mundo a fim de modificá-lo e se modificar, limita-o a emitir respostas às demandas externas do contexto em que se encontra, tornando-o incapaz de saber criticamente o porquê do seu sentir, dizer, pensar e agir no mundo. Isto é, a cultura conforme entendida não tem como escopo provocar nos sujeitos a compreensão de si mesmos como seres condicionados pelos fatores econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, insere-os no mundo para atender aos estímulos imediatos, mas nega-lhes a capacidade de si reconhecerem como sujeitos revolucionários.

Esse tipo cultura não contribui para elevação da classe proletária, porque tem como finalidade adaptá-la ao mundo e não afirmá-la como potência de transformação que se efetiva de forma processual na construção da emancipação humana. Dessa cultura, esperam-se resultados danosos aos trabalhadores, porque:

Serve apenas para criar marginais, pessoas que acreditam ser superiores ao resto da humanidade porque acumularam na memória um certo número de dados e de datas que vomitam em cada ocasião, criando assim uma barreira entre elas e as pessoas. (GRAMSCI, 2004a, p. 57)

A cultura é desvelada assim como esfera da vida social que forma pessoas- ainda que de forma unilateral e mecânica- para obterem diplomas e ocuparem cargos numa sociedade de classe. E nessa direção, contribui para manter a desigualdade, porque os que dela usufruem se concebem como superiores, distanciando-se da classe trabalhadora. O saber enciclopédico não aproxima os estudantes dos operários, pelo contrário, distancia-os

na medida em que se veem como os que sabem por que ‘vomitam datas’ e concebem os da classe proletária como ignorantes.

Ciente disso, o autor se contrapõe a essa concepção de cultura burguesa que tem como fim a manutenção da ordem capitalista vigente. Explicita-se desde então a sua luta contra a burguesia que caracterizada pela postura déspota e demagógica, tece em silêncio a teia da vida social, enquanto as massas ignoram as formas de dominação a que estão submetidas e permanecem indiferentes perante as decisões políticas dos que dominam.

Negligenciado o seu poder decisório, as massas sobrevivem à mercê da vontade e da disciplina alheias por que provenientes das classes dominantes. Assim, o alheio, aquilo que não lhe pertence, o que vem de fora da classe trabalhadora é o que se torna o seu conteúdo. É a ordem de outrem, da burguesia, que é absorvida como sendo a do proletariado. Este a assume, mas nega a si mesmo na medida em que a sua fé não é nele mesmo, mas no outro que não ele. Abdica-se assim da vontade própria e adere à disciplina burguesa que nega a sua potência como ser de transformação social.

Forma-se assim, de forma disciplinar, súditos que são tidos como cidadão de acordo com a lógica burguesa. Desse modo, o cidadão burguês é o estranho a si mesmo. É o indiferente que permite o tecer da rede política sem intervir criticamente nela, o que permite a ação nefasta das classes dominantes. Estas para conquistarem e manterem a sua condição como classes fundamentais necessitam exercer o seu poder tanto na esfera da estrutura como da superestrutura.

O pensador sardo é consciente da incapacidade da ordem burguesa em promover o humano como ser omnilateral, porque isto ocasionaria a negação de si mesma enquanto classe dirigente e dominante. Ele desvela assim a relação antagônica na qual a lógica de quem domina nega a potência emancipadora dos subalternos que demandam o reconhecimento de si como produtores da riqueza do mundo.

Côncio dessa relação antagônica, Gramsci opõe-se a qualquer perspectiva que se propõe a afirmação da classe trabalhadora, todavia destituindo-a da tarefa histórica de participação ativa na luta pela conquista de uma nova sociabilidade que não é obtida de forma imediata e nem com posturas reformistas por meio das quais a burguesia presenteia os subalternos.

A sociedade socialista resulta de uma profunda luta fundamentada no materialismo histórico dialético. Isto quer dizer que a liberdade dos ‘simples’ não provém de fora para

de fora para dentro, mas do seu próprio esforço individual e coletivo para reelaboração crítica do que lhes é herdado e transmitido por outrem.

Nessa perspectiva, Dias (2000, p.62) parafraseando Gramsci no tocante ao reconhecimento da força transformadora proletária, assevera que:

A ordem burguesa não pode fazer dos proletários verdadeiros cidadãos. O proletariado, nascido para a política, tornado ser político, pelo socialismo, antiteticamente ao ser político da burguesia, por sua vez nega o particularismo nacional. Para tal, é necessário fazer frente à burguesia, organizada como Estado.

Diante desse antagonismo, a máxima ‘conhece-te a ti mesmo’ é tida então como chave de leitura que provoca os sujeitos a superarem não apenas a descrença em si mesmos e de forma ingênua conceberem-se como cidadãos da sociedade burguesa. O conhecimento de si mesmo⁵ não se concretiza apenas na dimensão subjetiva em que o sujeito acredita ser livre, mas desconhece as condições objetivas da situação histórica.

Conhecer a si mesmo nega tanto o subjetivismo no qual o sujeito torna-se o centro doador de sentido ao mundo, como também o objetivismo no qual as forças externas do ambiente se impõem à liberdade relativa dos sujeitos. A sentença acima apropriada por Gramsci para discutir a tarefa educativa do partido socialista implica no reconhecimento de que o humano é consciência do mundo, mas esta se conecta dialeticamente com as atividades produtivas da existência.

Para a compreensão do sujeito como conhecedor de si mesmo, investigador das suas razões de ser articulado ao contexto histórico, econômico e político, a cultura burguesa torna-se insuficiente porque mantém o poder das classes dominantes e inviabiliza a elevação intelectual e moral dos subalternos.

Esse tipo de cultura é negado pelo revolucionário italiano (2004a, p.58) ao mesmo tempo em que discute de forma afirmativa outra concepção que é:

....algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista da consciência superior: é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso ocorre por evolução espontânea (...). O homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza(...). Essa consciência se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente (...) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para convertê-los, (...) em bandeira de rebelião e de reconstrução social.

⁵ Concordamos com Manacorda (2008) e Dias (2000) quando afirmam que na formação inicial, Gramsci foi influenciado pelo pensamento idealista de Benedetto Croce, mas o conhecimento da realidade meridional, o contato com os operários e o engajamento no Partido Socialista Italiano (PSI) contribuíram de forma significativa para fortalecimento do pensamento na perspectiva materialista histórico-dialética.

A cultura concebida de forma afirmativa diferencia-se da acepção anterior, porque tem como finalidade organizar, disciplinar e apropriar o sujeito histórico de si mesmo e do mundo. O que implica numa vida que não se submete aos condicionamentos da lógica burguesa, mas à capacidade de conquista e reconhecimento de si mesma como ‘consciência superior’, capaz de se afirmar no mundo a partir de suas próprias forças e das condições objetivas nas quais se encontra.

Desse modo, depreendemos que é por meio da cultura que o humano compreende-se como ser histórico e assume uma dada função na sociedade. Assim, ele indaga o porquê da função que executa, das forças sociais antagônicas na arena social, da constituição histórica do modo de produção prevalente, do modelo de Estado e do tipo de sociedade vigente. A Cultura é fortalecimento do espírito para superação de uma concepção de mundo caótica por uma compreensão crítica que resulta do esforço e da disciplina do próprio ser humano.

Essa questão é relevante porque demonstra que a nova ordem socialista não se constrói de forma espontaneísta, mas de modo orgânico, unitário, sistemático e programático. Ou seja, a classe proletária que pretende tornar-se hegemônica precisa educar-se, elevar-se intelectual e moralmente e construir um projeto societário que sintetize demandas, aspirações e desejos dos que lutam pela emancipação humana.

Nessa linha, concordamos com Jesus (1989) quando entende que a educação não é um tema secundarizado no universo categorial gramsciano, mas um componente imprescindível que se conecta a outros conceitos como bloco histórico, hegemonia, luta de classes, filosofia da práxis, grande e pequena política, linguagem, cultura, Estado e sociedade para formarem um mosaico da luta revolucionária socialista.

Em defesa desse fim é que Gramsci pensa a educação da classe proletária e critica a que se vincula aos interesses da burguesia. No artigo *Homens ou Máquinas* de 1916, o autor analisa uma discussão ocorrida na Câmara de vereadores acerca do tipo de ensino destinado à classe proletária. O debate era entre *Zini*, defensor da concepção humanista de educação e o vereador *Sincero* que em defesa dos interesses dos industriais preconizava o ensino profissionalizante e negava as contribuições da filosofia para a formação humana.

Ao analisar o embate, depreendemos que Gramsci inspirado na sua própria trajetória de vida perpassada por privações financeiras e discriminações, demonstra as dificuldades dos filhos da classe proletária para concluir o estudo de forma exitosa. Para ele, enquanto os filhos da classe burguesa possuem condições econômicas para concluir

com êxito os estudos na escola média e superior, os da classe proletária, inteligentes e esforçados, enfrentam diversas privações que dificultam o desenvolvimento do seu potencial.

É consciente desse cenário que o autor se contrapõe ao ensino técnico e profissional, porque reduz a fase de formação dos filhos da classe operária a fim de inseri-los de forma imediata no mercado de trabalho. Desse modo, esse tipo de ensino nega a formação geral do trabalhador e o circunscreve num estilo de vida mecânico que impede a ampliação da sua concepção de mundo.

Na contramão, Gramsci (2004a, p.75) define a escola do proletariado como humanista, de cultura geral e que forma seres humanos livres e inventivos, capazes de pensar e intervir no mundo em que vive. Assim, o proletariado deve ter uma escola que:

[...] não hipoteque o futuro da criança e não constrinja a sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se por um caminho cuja meta seja prefixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. Também os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar a sua própria individualidade do melhor modo possível [...].

Essa postura de Gramsci demonstra a sua seriedade com a formação do ser humano na medida em que preconiza uma escola que não precariza o processo formativo do trabalhador em favor dos interesses imediatos do mercado. A educação proletária é desinteressada, porque tem como fim a formação integral do ser humano.

Nesse sentido, pretende não apenas preparar os trabalhadores para o mercado de trabalho, pois intenta torná-los seres pensantes, críticos, livres e interventores no mundo em que vive. Isto é, um processo educativo que não se limita à adaptação passiva do sujeito histórico ao seu ambiente, porque o potencializa para elevação intelectual, política e moral no processo de forjamento⁶ da sociedade socialista.

A educação proletária é exigente, porque requer disciplina dos sujeitos que ensinam e dos que aprendem. Por isso, nega a licenciosidade que é a postura descomprometida do educador que não exige do aprendiz o esforço necessário para apropriação e recriação do acervo cultural. Essa disciplina é sinônimo de zelo de quem ensina por aquele que aprende dialeticamente, pois ela guia ambos no processo de posse e reelaboração crítica do conhecimento com vista à transformação do mundo.

⁶ Embora o termo tenha também significado negativo em português, utilizamos aqui para nos referir à necessidade da intensa luta dos sujeitos históricos em função da construção de uma nova sociedade contra e para além do capital. Gramsci entende que esse combate é dialético no sentido de que não cessa apenas na negação do que está posto, mas também na sua superação.

Nesse viés de pensamento, a educação contribui para superação dos diversos problemas da realidade social. É o que percebemos num trabalho intitulado *La Città Futura* escrito pelo pensador italiano em 11 de fevereiro de 1927 no qual define como máxima socialista a instauração de uma nova ordem social, isto é, a fundação de uma sociedade que visa à plena realização do ser humano.

O que se pretende então não é o reformismo do que é posto, mas a sua transformação substantiva na direção da emancipação humana. Esse horizonte demanda uma profunda tomada de decisão e envolvimento dos sujeitos revolucionários, porque a nova sociabilidade humana em devir não é construída por homens e mulheres indiferentes e fatalistas que abdicam da participação ativa e operante na história. Mas, por sujeitos que se posicionam, tomam partido, lutam de forma corajosa e orgânica para tal fim.

Gramsci (2004a, p.84-5) compreende que a atitude passiva e acrítica das classes subalternas é validadora das forças conservadoras burguesas que se implantam sobre o conjunto da sociedade. A indiferença contribui para que o grupo dominante consolide a sua concepção de mundo, enquanto os demais permanecem inertes e desorganizados, o que possibilita a efetivação da barbárie. Ciente disso, ele afirma:

Odeio os indiferentes (...). O que acontece não acontece tanto porque alguns querem que aconteça, mas sobretudo porque a massa de homens abdica de sua vontade, deixando que outros façam, que se formem os nós que depois só a espada poderá cortar, que se promulguem as leis que depois só a revolta fará ab-rogar (...). Fatos amadurecem na sombra, poucas mãos (...) tecem a rede da vida coletiva-e a massa ignora, porque não está preocupada com isso.

O novo ordenamento social pressupõe assim a responsabilidade do ser humano tanto por si como também pela coletividade. Ao contrário, a renúncia da sua vontade de lutar e a adesão acrítica ao projeto societário da classe minoritária significa assumir a condição de subalternidade que é viver a mercê da ordem herdada e adquirida de outrem, tornando-se incapaz de pôr disciplina a si mesmo.

De acordo com Gramsci (2004a, p.213), o socialismo é uma concepção integral da vida que requer “organização não só política e econômica, mas também e sobretudo de saber e de vontade, obtida através da atividade cultural”. Desse modo, entendemos que o socialismo não se filia a qualquer tipo de economicismo e nem nega a subjetividade já que a luta emancipatória se constrói pela conquista da vontade dos sujeitos que se reconhecem como unidade na diversidade. Ele é um projeto de sociedade que envolve todas as dimensões da vida humana e pretende elevá-la na sua integralidade.

Para Gramsci é esse horizonte revolucionário que sustenta o modelo de educação direcionada à classe trabalhadora. Assim, o processo educativo vincula-se não à conservação da ordem burguesa, mas ao propósito da classe proletária socialista que pretende elevar-se da condição subalterna à de sujeito da história.

Nesse caminho, a educação política proletária assume função relevante. Broccoli (1997) compreende que *L'Ordine Nuovo*⁷, jornal de cultura socialista, foi um dos meios de comunicação fundamental tanto para o amadurecimento do pensamento intelectual e político de Gramsci como para a formação da classe trabalhadora.

O jornal era um instrumento de educação dos trabalhadores, mas como as primeiras publicações tratavam de temas gerais pouco contribuíram para a aproximação entre o Partido Socialista e o público a ser conquistado. Mas, a partir do contato com as demandas dos operários, os artigos publicados retrataram o cotidiano deles numa estreita relação com a teoria revolucionária e possibilitou a interação almejada.

Dessa maneira, por meio desse recurso intentava-se promover discussões sobre as contradições vividas pelos trabalhadores no local de trabalho, fortalecer a interação entre a vanguarda do partido socialista e a classe proletária e criar a convicção de que um novo ordenamento social era possível.

Essa preocupação manifesta-se também em *Nosso Marx* escrito em 1918 no período da comemoração do centenário do seu nascimento. Gramsci reconhece que o filósofo alemão se contrapôs ao idealismo e demonstrou que a substância do espírito é a economia na medida em que é na vida prática, na luta para manter-se vivo, para garantir o seu desenvolvimento é que o humano supera o reino necessidade e conquista a consciência de si mesmo e do mundo em que vive. Desse modo, entende Gramsci, Marx tornou-se uma indispensável chave de leitura e de intervenção crítica da classe proletária no contexto histórico do seu tempo.

Para o sardo (2004a, p.162), o pensador germânico possibilitou a compreensão de que para “se conhecer com mais exatidão as finalidades históricas de um país, de uma sociedade, de um agrupamento, é preciso conhecer, antes de mais nada quais as relações de produção e de troca daquela sociedade”.

Assim, Gramsci ao retomar o pensamento de Marx pretende explicitamente educar a classe trabalhadora. A sua lição educativa tinha como fim promover a aproximação do

⁷ *L'Ordine Nuovo* teve três séries de publicação. A primeira semanal (1919-1920), a segunda diária (1921-1922) e quinzenal (1924-1925).

aproximação do proletariado acerca de ideias básicas do materialismo histórico dialético, demonstrar a importância desse pensamento como fundamento da luta revolucionária e ratificar o pressuposto de que a economia é a estrutura óssea do social que se relaciona dialeticamente com a subjetividade humana.

Ressaltamos assim que a educação articula-se à luta emancipatória que requer sujeitos ativos, convictos e com formação teórica, técnica e científica que defendem a possibilidade de superação da sociedade burguesa. Nesse viés, Gramsci e seus amigos fundaram em 1917 o Clube da vida moral com a intenção de promover a formação de jovens recém-ingressos no movimento socialista.

O Clube era o espaço formativo desinteressado, entendido como lócus de discussão sobre temas voltados para a integralidade da formação humana e não restrito à discussão temática para demandas imediatas do cotidiano. Nesse local, os jovens militantes e pesquisadores estudavam temas, como política, cultura, educação, ética, luta proletária e economia.

Gramsci já demonstrava na época a preocupação em aliar a luta revolucionária e a reflexão teórica no processo formativo do militante. Assim, o jovem inserido no partido era desafiado desde o início não apenas a agir nas diversas atividades da militância, mas também a se tornar pesquisador das razões daquilo que fazia. A educação explicita-se como simbiose de ação e reflexão, como afirma Gramsci (2004a, p.146) quando diz:

[...] propomo-nos a habituar os jovens que aderem ao movimento político e econômico socialista à discussão dos problemas éticos e sociais. Queremos fazer com que se habituem à pesquisa, à leitura, feita com disciplina e método, à exposição simples e serena de suas convicções.

Com essa intenção, adotava-se o método de leitura individual, o registro do material lido, exposição coletiva dos achados e a participação de todos com críticas e sugestões para aprofundamento dos resultados em pesquisas posteriores. Esse método possibilitava aos membros do Clube a interação, a humildade para acolher as ideias do outro que criticava e sugeria para fortalecer a “comunhão intelectual e moral de todos” (*idem*, p.146).

A preocupação com a formação ampla dos envolvidos demonstra a coerência de Gramsci com a concepção antropológica da integralidade humana presente em suas obras. Essa perspectiva requer um modelo de educação que desenvolva o máximo das potencialidades dos militantes com base na perspectiva materialista dialética que pressupõe

o rigor metódico, a disciplina nos estudos, a compreensão da processualidade histórica do fenômeno, diálogo crítico e capacidade de intervenção no mundo.

Para tanto, uma tarefa posta de imediato para o Partido Socialista Italiano (PSI) era a de promover a formação da classe proletária para torná-la dirigente. Isto é, conquistar a si mesma, tornar-se conhecedora de si como potência de transformação radical da sociedade burguesa.

A palavra de ordem era a liberdade a ser conquistada pelos produtores de riqueza que ao vender sua força de trabalho pelo salário de sobrevivência, tornavam-se estranhos em relação a si mesmos, à natureza, ao outro e ao produto do seu trabalho como analisa Marx (2010) nos Manuscritos Econômico- Filosóficos.

Exigia-se assim a posse do trabalhador de si mesmo, o reconhecimento de si como sujeito da história e não como mero espectador dela. Caberia à classe trabalhadora potencialmente dirigente, reconhecer-se como capaz de conquistar uma cultura do devir revolucionário.

Noutros termos, a classe em potência não era tida como ignorante absoluta, pois possuía cultura, crenças, valores que se expressam numa visão de mundo. Ela sabe, mas o seu saber é de senso comum, porque é ainda fragmentário, assistemático, traz elementos explícitos e implícitos da ideologia dominante, o que dificulta a unidade dos oprimidos em prol da sua emancipação.

Diante dessa constatação, o desafio a ser superado pelo partido era formar a classe operária num novo prisma em que se reconhecia como agente de transformação e não fração social indiferente, à mercê das decisões econômicas, políticas e sociais burguesas. Nesse sentido, Gramsci (2004b, p.296) como dirigente do Partido Comunista Italiano⁸ (PCI) ressalta que:

[...] o partido comunista educa o proletariado para organizar seu poder de classe e para servir-se desse poder armado para dominar a classe burguesa e criar as condições nas quais a classe exploradora seja suprimida e não possa renascer. A tarefa (...) é a seguinte: organizar poderosa e definitivamente a classe dos operários e dos camponeses em classe dominante, zelar para que todos os organismos do novo Estado desempenhem efetivamente uma ação revolucionária e romper com os direitos e as velhas relações inerentes ao princípio da propriedade privada.

⁸ O Partido Comunista Italiano (PCI) fundado em 21 de janeiro de 1921 emergiu do descontentamento de uma ala do Partido Socialista Italiano (PSI) e teve como principais fundadores, Gramsci, Amadeo Bordiga, Ângelo Tasca e Palmiro Togliatti.

Diante do propósito de unificação de camponeses e proletários, o partido comunista assumiu de forma mais decisiva a tarefa educativa de fortalecimento da classe trabalhadora para se impor como dirigente e dominante. De acordo com Gramsci, essa empreitada não se efetiva sem o trabalho de formação cultural, de agitação, propaganda e conquista do entusiasmo dos sujeitos revolucionários.

Nessa direção, o partido por ser um organismo da classe produtora e manter profunda vinculação com ela é o que deve assumir a função de orientá-la no processo revolucionário. Assim, ele se configura como o educador das massas, porque se tornou capaz de captar as suas aspirações, desilusões, fraquezas e forças de transformação.

Todavia, o partido educador só educa quando se educa. Ele é guia da classe trabalhadora, mas é também educado por ela quando capta as suas demandas e sistematiza teoricamente a fim de atualizar o projeto de mundo em devir. Desse modo, a sua força não se justifica a partir de si mesmo, mas da interação com a vida do trabalhador.

Conforme esse raciocínio, a seiva que nutre o partido emerge do chão da fábrica e do trabalho camponês. Por isso, essa instituição deve ser expressão viva da classe trabalhadora, alimentar-se da luta do povo, mas ao mesmo tempo, assumir a função de sistematizador, ordenador e disciplinador da diversidade de forças fragmentadas para construção da unidade de esforços psicofísicos em busca da transformação radical da sociedade.

Mochcovitch (1990) nos diz que o partido para Gramsci deve ser a forma mais elevada de organização da classe proletária. Ele é constituído por intelectuais que captam as diversas demandas das massas e as sistematiza num corpo teórico que orienta a luta revolucionária. Assim, o partido é o intelectual coletivo no sentido de que é constituído por diversos sujeitos que dispõem esforços psicofísicos para elaborarem um aparato conceitual ideológico que instigam as massas a lutarem pela sua liberdade.

Desta feita, depreendemos que a educação proposta por Gramsci é processo intencional, sistemático e rigoroso que promove a unidade dos sublevados para se oporem ao mundo desumanizador, ‘grande e terrível’⁹, que valida o poder de mando de uma minoria em sacrifício da maioria.

⁹ Expressão utilizada por Gramsci para se referir ao regime fascista italiano que conquistou o governo em 28 de outubro de 1922, tendo Mussolini como seu maior representante. Nesse período, Gramsci e os membros principais do PCI comunicam-se por meio de cartas nas quais utilizam pseudônimos, o que demonstra a coerção exercida pelo poder fascista, sobretudo, aos comunistas.

O interesse gramsciano em educar a classe proletária explicita-se até mesmo no período do fascismo italiano em que diversos militantes foram presos, assassinados e bibliotecas proletárias queimadas. Mesmo assim, Gramsci preocupava-se com a educação política dos subalternos para fortalecê-los na luta antifascista, na formação de uma frente única combativa e na implantação do Estado proletário e camponês.

Num cenário social coercitivo, o pensador sardo defende que os partidos vinculados à classe trabalhadora demonstrem compromisso com a luta revolucionária. A favor dessa orientação, ele critica o Partido Socialista Italiano (PSI) por entender que ele não assume uma postura radical em função da conquista do Estado proletário e do enfrentamento do regime político fascista.

Opondo-se ao jogo de conveniência no qual se encontrava o partido socialista, o fascismo e a classe burguesa, Gramsci (2004b, p.114) afirma que é:

[...] preciso deixar claro para as massas de operários e camponeses italianos o seguinte: qualquer apoio que derem aos demagogos socialdemocratas- socialista e popular- é uma contribuição para a reconstrução do organismo que há décadas as priva de liberdade, do bem- estar, obrigando-as à escravidão, ao sofrimento e à morte.

Nesse quadro, a educação assume outra função que é a de desvelar os pactos construídos entre socialistas, partido popular, burguesia e fascismo no processo de validação da ordem social mantenedora da violência e da subserviência dos simples. Pela educação política pretende-se promover debate acerca da situação histórica italiana, demonstrar a prática de aderência do PSI e dos demais organismos ao fascismo e ratificar o compromisso do PCI com a concepção de mundo proletária e camponesa.

O horizonte da emancipação social exigia que o Partido Comunista assumisse a tarefa fundamental que se desdobrava em três frentes. A primeira delas era articular o proletariado agrícola, mormente, da região sul da Itália para se reconhecerem como sujeitos revolucionários capazes de lutar contra o processo de submissão ao norte industrializado.

A segunda frente de luta do partido era mais ampla por que visava promover de forma sistemática a unidade dos camponeses do sul com os proletários industriais do norte da Itália a partir do intenso trabalho de propaganda, formação de lideranças e de agitação para o reconhecimento deles como membros da classe revolucionária.

E a terceira frente da luta partidária voltava-se para mobilização dos trabalhadores camponeses e industriais e outras forças políticas que, mesmo não pertencendo à classe

proletária, poderiam formar uma frente única para o combate ao fascismo e para construção da sociedade socialista.

Nessa direção, Gramsci percebia que essas forças, dentre elas, provenientes de fração do Partido Popular, da pequena burguesia, do Partido Socialista Italiano (PSI), dos sindicatos dos trabalhadores, da Confederação Geral do Trabalho e do Partido maximalista, podiam ser conquistadas em prol da luta revolucionária.

A revolução efetivar-se-ia então pelo reconhecimento e decisão da classe proletária assumir-se como dirigente da nova ordem social e pela conquista e compromisso de diversos segmentos sociais com a luta proletária. Tal tarefa implicava a postura ativa do Partido Comunista na elaboração de um programa de transformação social capaz de disciplinar múltiplas forças rumo ao socialismo.

Ainda no contexto fascista, Gramsci foi eleito como representante do PCI e passou a atuar no Comitê da Internacional Comunista em Moscou em 1922. Numa carta destinada aos comunistas italianos, comunica-lhes a decisão da Presidência da Internacional Comunista de que na Itália deveria ter um jornal de publicação diária a fim de se opor ao poder nazista, instigar, conquistar e mobilizar proletários e camponeses.

Nessa correspondência, Gramsci sugere o nome *L'Unità* para o jornal, mas recomenda o uso de pseudônimo em determinados artigos, o que demonstra a perseguição sofrida, sobretudo, pelos comunistas e socialistas que tinham como fim a emancipação da classe produtora.

O jornal era assim um instrumento de formação da classe proletária e camponesa. Nele, o público teria acesso às informações básicas para a compreensão da situação histórica da Itália fascista, compreenderia melhor a tarefa do Partido Comunista e provocaria a unidade dos trabalhadores num contexto ameaçado pela desarticulação, isolamento e enfraquecimento do prisma revolucionário.

Embora Gramsci não discutisse explicitamente nessa carta sobre o tema educação, mesmo assim, demonstra preocupação com a formação da classe operária que sem se educar poderia ser cooptada pelo Partido Nacional Fascista.

Desse modo, o combate ao regime repressivo e a implantação do governo proletário demandava do partido uma intensa tarefa educativa, a saber, desvelar as contradições da situação italiana, criar a unidade entre camponeses e intelectuais do sul da Itália e os proletários do norte, reconhecer a região meridional como de igual importância em relação à setentrional, promover maior coesão dos habitantes sulistas e lutar contra a função dos

intelectuais meridionais¹⁰ que produziam uma literatura mantenedora da situação de subalternidade.

Assim, a educação proletária vincula-se ao horizonte do governo proletário em devir. Nela, o humano é educado, ao mesmo tempo, para demandas imediatas no sentido de que se deve atender o que está posto pelo seu cotidiano, mas sem perder de vista o caráter revolucionário da luta que emerge como possibilidade e não inevitabilidade.

Nessa linha, entendemos que, em Gramsci, a educação proletária possui dupla finalidade. A primeira visa atender aos interesses imediatos¹¹ da classe trabalhadora na luta por garantir empregos, salários, moradia, organização de comitês e conselhos de fábrica, dentre outros. Assim, o autor (2004b, p.277) afirma que o partido comunista:

[...] realiza uma verdadeira ação sindical: coloca-se à frente das massas também nas pequenas lutas cotidianas pelo salário, pela jornada de trabalho, pela disciplina industrial, pela habitação, pelo pão. Nossas células devem estimular as comissões internas a incorporar em seu funcionamento todas as atividades proletárias.

Nesse sentido, a educação proletária vincula-se às ‘pequenas lutas’ que são aquelas voltadas para atender demandas urgentes dos trabalhadores para que continuem tolerantes e intransigentes no embate pela construção e implantação do propósito revolucionário. Ou seja, como a revolução socialista não ocorrerá de forma espontânea e explosiva com data marcada, faz-se pequenos embates necessários para garantir a existência do trabalhador, mas articulados aos fins da luta permanente pela transformação social¹².

De acordo com essa perspectiva é que Gramsci combate o maximalismo bordiguiano presente na ala esquerda do partido comunista que defendia o discurso de que a revolução poderia acontecer, todavia não realizava ações imediatas para fissurar a sociedade burguesa.

¹⁰ Em A Questão Meridional escrito antes da prisão em 1926, Gramsci descreve a região sul da Itália como preponderantemente agrícola. Nela, o velho tipo de intelectual é o que predomina e assume uma função de mediador entre o povo camponês e a estrutura organizativa do Estado. Dentre os intelectuais mais influentes no sul do país e que validavam a situação de subalternidade, o autor destaca Benedetto Croce e Giustino Fortunato.

¹¹ Entendemos por interesses imediatos aqueles que se vinculam ao reino das necessidades humanas. significa imediatismo e nem ativismo da ação.

¹² Ressaltamos que não se trata de reformismo ou de pequenas mudanças na sociedade burguesa com intenção de conservá-la, mas de ações que visam fissurá-la.

Essa postura de espera pelo *big bang* revolucionário é negada pelo filósofo italiano, porque compreende que sem ações voltadas à instrução, à organização e à formação da vontade convicta das massas não se forja uma nova sociedade.

Assim, a participação ativa e consciente delas é uma forma de oposição ao maximalismo supracitado que “crê que é inútil mover-se e lutar no dia-a-dia. Ele espera apenas o grande dia. As massas- diz ele- não podem deixar de nos seguir, já que a situação objetiva as empurra para a revolução” (GRAMSCI, 2004b, p.321).

Ao contrário dessa postura, o autor percebe que todo processo revolucionário demandou a inserção histórica de homens e mulheres em favor da superação de um determinado modelo de sociedade. Gramsci compreendia tal fato tanto pela inserção militante na vida dos trabalhadores como pelos estudos históricos de movimentos, como Renascimento, Iluminismo, Revolução Francesa de 1789¹³, Revolução Russa de 1917, dentre outros.

Identificou assim que o trabalho de formação cultural do povo é necessário e antecede o ápice de uma revolução, pois ela é síntese de forças transformadoras que desencadearam de forma processual e sistemática tanto na infraestrutura como na superestrutura.

Nessa direção, a educação vincula-se de forma imediata às demandas do trabalhador, mas sem trair o horizonte revolucionário. Ela é processo de apropriação e recriação do acervo cultural para intervenção no mundo no sentido de instigar os sujeitos históricos a se inserirem na luta pela construção da sociedade socialista.

Desse modo, depreendemos que a educação dos subalternos é unidade dialética de finalidade imediata e permanente. Na primeira, o processo educativo forma para que o humano lute pelas condições básicas de sua existência. Já na segunda, a educação visa não restringir o humano à esfera do imediato e o impulsiona a construção do reino da liberdade.

Essas duas finalidades constituem o processo educativo sintonizado ao programa revolucionário gramsciano. Educa-se assim para as lutas cotidianas, mas ao mesmo tempo, articuladas à finalidade estratégica de superação do modelo societário burguês e de afirmação da sociedade socialista.

¹³ Essa discussão encontra-se ainda nos textos políticos juvenis de Gramsci (2004 a) e mais precisamente no artigo já citado neste trabalho intitulado Socialismo e Cultura de 29 de janeiro de 1926.

Compreendemos assim que a educação como finalidade imediata evita o problema do fatalismo, porque demonstra que é possível agir de forma sistemática e disciplinada a fim de minar o sistema capitalista.

Nesse sentido é que Gramsci nega tanto o imobilismo do sujeito histórico que defende a possibilidade da revolução, mas não realiza ‘pequenas ações’ para modificar o seu contexto histórico, como também rejeita o ativismo que preza pelo fazer imediato destituído de uma sólida base teórica, técnica e científica.

O que o autor demonstra é que a revolução é construção que requer luta diária dos operários e camponeses e não a espera ingênua do grande acontecimento da fissura e decadência do sistema capitalista.

Contrário a essa forma de pensar e inspirado em Lenin, Gramsci (2004b, p. 312) entende que o processo revolucionário é construído por meio de táticas que se articulam com a estratégia de luta. Assim afirma que aprendeu com o pensador e político russo que:

[...] na guerra dos exércitos, não se pode atingir o objetivo estratégico, que é a destruição do inimigo e a ocupação do seu território, sem ter antes atingido uma série de objetivos táticos, visando desagregar o inimigo antes de enfrentá-lo em campo aberto. Todo o período pré-revolucionário se apresenta como uma atividade predominantemente tática, voltada para a aquisição pelo proletariado de novos aliados, para a desagregação do aparelho organizativo de ataque e de defesa do inimigo, para conhecimento e esgotamento de suas reservas.

Dessa maneira, a revolução não ocorre sem um programa político emancipador da classe trabalhadora que exige o reconhecimento do poder das forças antagônicas a ser combatido na arena social, a identificação das fraquezas do opositor, a capacidade de criar alianças para enfrentá-lo, a definição de táticas e estratégia para destruição da formação social capitalista e a implantação de um novo ordenamento proletário e camponês.

Depreendemos que a educação comprometida com essa concepção de mundo constitui-se como tática e estratégia. A primeira visa desagregar o sistema vigente, fissurá-lo, enfraquecê-lo antes do combate direto. Nesse sentido, a educação torna-se um instrumento do que Gramsci (2016) denomina de ‘guerra de posição’, entendida como todo trabalho cultural e ideológico pré-revolucionário que visa formar os sujeitos históricos para desagregar de forma processual as forças dominantes e fortalecer o poder dos subalternos.

Esse trabalho de fragilização do poder burguês torna-se possível na medida em que os sujeitos revolucionários compreendem que a ‘guerra de movimento’ -luta direta contra os dominantes- pressupõe um processo de debilitação do antagônico antes mesmo de destruí-lo.

Para tanto, a educação assume a tarefa tática de desvelamento e definhamento da classe burguesa por meio de um conjunto de ações formativas que visam à elevação cultural e moral dos sublevados.

Em sintonia com a política da classe produtora, entendemos ainda que a educação constitui-se também como estratégia na medida em que o fim do processo educativo não se restringe apenas à debilitação do sistema social burguês, pois o que pretende é contribuir em última instância para o seu aniquilamento. Nesse sentido, educa-se não para conservar ou minimizar a miséria da classe trabalhadora, mas para superá-la na perspectiva da emancipação humana.

A educação configura-se assim como processo dialético em que a tática de atrofiamento do poder dominante implica a estratégica de extinção das forças conservadoras e de construção de uma sociedade dirigida pela classe trabalhadora.

A partir dessa perspectiva, concordamos com Jesus (1989) quando sustenta que a preocupação central de Gramsci era superar a hegemonia burguesa e criar a contra hegemonia camponesa e proletária para elevação de sua condição subalterna à de dirigente e dominante de uma nova ordem intelectual e moral.

Nesse intuito, entendemos que a educação assume função relevante no pensamento gramsciano tanto para compreendê-la como instrumento de validação do poder dominante- o que é criticado pelo autor- como também para forjar a hegemonia revolucionária.

Para esse pensador sardenho, a hegemonia é um processo por meio do qual a classe dominante se constitui como força diretiva e coercitiva. Pela direção, ela pretende que a sua visão de mundo seja absorvida como parâmetro a ser seguido pelas classes subalternas. E pela dominação, exerce poder validador e mantenedor de relações sociais nas quais determinadas classes e frações são mantidas na condição de subalternidade. Assim, a hegemonia pode ser entendida como movimento dinâmico na medida em que interage dialeticamente a conquista via consentimento e a coerção exercida pela classe dominante sobre o poder de resistência das classes governadas.

Conforme essa perspectiva inexiste um modelo de sociedade que se sustente sem direção cultural e política e os aparatos coercitivos responsáveis pelo reordenamento da sociedade de acordo com os fins da classe dominante. Desse modo, conquista e força, consentimento e coerção, direção e dominação são pares dialéticos constitutivos da hegemonia. Nessa direção, Jesus (1989, p.18) afirma que a hegemonia:

[...] é capacidade de direção cultural e ideológica de uma classe sobre o conjunto da sociedade, é também uma relação de dominação entre dirigentes e dirigidos, responsável pela formação de um grupo orgânico e coeso em torno de princípios e necessidades definidos pela classe dominante.

A hegemonia tem como fim a garantia de certa coesão social na medida em que as ideias do grupo dominante tende a ser absorvidas e assumidas como válidas pelo conjunto da sociedade. Mas, essa absorção da concepção de mundo dos que dirigem e se impõem não ocorre de forma espontaneísta, casual, desorganizada e assistemática. Também esse processo não é linear e mecânico no sentido de que o projeto societário dos opressores é necessariamente assumido sem resistência pelos oprimidos.

O próprio Maquiavel (1973) ao orientar o príncipe reconhece que ele precisa utilizar da força num determinado momento da luta para conquistar novos estados, mas articulada à capacidade de convencimento dos governados. Isto é, a arte de governar não se constitui apenas pela força de quem manda e nem somente pelo consentimento dos conquistados, mas pela articulação desses dois elementos básicos.

A unidade desses pares dialéticos demonstra que existe o poder dos povos conquistados e que eles não se submetem de forma passiva. Por isso, a hegemonia é uma forma de exercício do poder que requer do grupo dominante a capacidade de exercer a coerção e, ao mesmo tempo, coordenar um conjunto de ações culturais, políticas e ideológicas a fim de conquistar a adesão ‘consentida’ dos dominados.

A implantação de uma concepção de mundo que pretende ser hegemônica implica num conjunto de instrumentos que podem validá-la, dentre eles, o direito, as instituições de ensino superior, igrejas, sindicatos, partidos, meios de comunicação e escolas.

Essas instituições geralmente vinculadas aos propósitos das classes governantes são responsáveis pela absorção do seu modelo civilizatório e pelo processo de transmissão dos seus ideais morais e intelectuais a serem incorporados pelos grupos subalternos.

Nessa linha, o que as classes dominantes pretendem obter é o que Gramsci (2016) denomina de ‘conformismo social’. Ou seja, sujeitos singulares e grupos devem ser incorporados a uma nova concepção de civilidade imposta pelo Estado para se tornarem ‘homens coletivos’ e desenvolverem funções não apenas restritas à superestrutura como também à infraestrutura.

Dessa maneira, a hegemonia entendida como direção e dominação exercidas pelos grupos dirigentes sobre os subalternos articula-se dialeticamente com a economia. Isto

ocorre, porque os que dominam exercem funções decisórias no aparelho econômico de produção. Assim, ao se apropriar do Estado e definir um modelo de sociedade a ser incorporada em nível molecular e coletivo, as classes governantes pretendem formar sujeitos para desenvolverem funções tanto no campo político e ideológico, como também no âmbito das atividades econômicas.

Com esse propósito, o Estado é concebido por Gramsci como educador. Ele educa os sujeitos tanto para superestrutura a fim de que absorvam, elaborem, divulguem e promovam a incorporação da ideologia dominante, como também para a inserção deles nas atividades produtivas.

Desse modo, entendemos que os sujeitos são incorporados a um determinado modelo civilizatório por duas vias. A primeira é a intelectual e moral na qual absorvem e contribuem para elaboração e transmissão de teorias, crenças valores e saberes dos que dominam. E a segunda é a do mundo produtivo que exige preparação dos sujeitos para venderem a sua força de trabalho a fim de garantirem sua sobrevivência.

Assim, Gramsci (2016, p.23) atento à articulação estrutura e superestrutura entende que o Estado tem uma função educativa:

[...] cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto de elaborar fisicamente tipos novos de humanidade.

De acordo com essa perspectiva, o Estado não apenas define um determinado modelo de humanidade a ser absorvido pelas massas, mas ele também a educa conforme esse fim articulado à economia.

Dessa maneira, o filósofo sardo (2016, p. 49) compreende que “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dominante exerce no núcleo decisivo do aparelho econômico”.

O Estado educador torna-se assim o símbolo do poder do grupo dominante que busca consolidar a sua hegemonia. É nesse sentido que Jesus (1989) interpreta a máxima gramsciana que afirma que todo processo hegemônico é também pedagógico. Isto significa que o poder dirigente e dominante para se constituir enquanto tal necessita de um conjunto de atividades pedagógicas a serem efetivadas pelos intelectuais nas mais diversas formas de aparatos hegemônicos vinculados ao poder estatal e à sociedade civil, como revistas, jornais, rádio, televisão, associações de cultura, sindicatos, universidades e escolas.

Esses aparelhos cumprem, sobretudo, a função de promover a transmissão da concepção de mundo dominante a ser incorporado pelas massas. Para tanto, definem ações pedagógicas que contribuem para o fim almejado que é formar um novo tipo de ser humano apto ao modelo de civilização vigente.

Nesse mesmo horizonte, Jesus (1989) defende ainda que se a hegemonia é pedagógica, as relações pedagógicas desenvolvidas por diversas instituições de ensino são também hegemônicas no sentido de que expressam, em larga medida, os interesses dos grupos dominantes.

Sendo assim, depreendemos que as escolas, as instituições superiores e as entidades da sociedade civil que se propõem educar os sujeitos sociais encontram-se vinculadas- em nível menor ou maior de profundidade- ao projeto societário de um determinado período histórico.

Nesse caso, podemos afirmar que toda educação que é promovida por essas instituições manifesta alguma forma de finalidade que pode ser a favor da elevação cultural e moral dos subalternos ou em prol do projeto hegemônico das classes governantes.

Por esse prisma, a educação é compromisso político no sentido de que os seus fins articulam-se de alguma forma com os interesses das classes sociais em disputa na arena social. Assim, a educação é hegemônica quando sua finalidade é manter a relação entre dirigentes e dirigidos, incorporar indivíduos e grupos ao modelo societário vigente e renovar o poder de mando dos que dominam.

Todavia, a educação contribui também para a construção de uma nova hegemonia¹⁴ na medida em que visa criar outro tipo de ordenamento social no qual a classe trabalhadora assume-se como sujeito da história. Nesse viés, a educação é um instrumento que pode contribuir tanto para o atrofamento e superação do poder dos grupos dominantes, como também para a afirmação dos ‘simples’ no embate pela implantação do socialismo.

Nessa direção é que dialogamos com Gramsci, porque entendemos que a educação é uma microesfera da esfera social e que pode contribuir para a luta dos trabalhadores em prol da construção de uma nova sociabilidade humana superior e contrária ao modelo de civilização vigente.

¹⁴ O conceito hegemonia ainda não aparece explicitamente nos escritos pré-carcerários, mas concordamos com Broccoli (1977) quando afirma que uma dada categoria não pode ser compreendida apenas a partir do momento em que o autor a explicita em partes de suas obras. Assim, quando Gramsci discute nos escritos juvenis sobre temas como aliança entre camponeses e proletários e frente única, entendemos que já existem embriões para elaboração posterior do conceito supracitado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso que realizamos visa contribuir no sentido de compreendermos a educação como um dos temas que constitui o universo categorial do pensamento gramsciano e que se encontra interligada ao horizonte revolucionário. Isso demonstra que o processo educativo de elevação moral e intelectual das classes subalternas diferenciava daquele que visava validar a ordem burguesa instituído no contexto italiano no início do século XX.

A estratégia de superação da sociabilidade burguesa demandava a educação política da classe trabalhadora para que se reconheça como força revolucionária capaz de modificar-se dialeticamente como ‘mestre de si mesma’, transformando de forma substancial a sociabilidade capitalista.

Essa perspectiva opõe-se ao pensamento reformista que utiliza o pensamento de Gramsci para justificar a possibilidade, sobretudo, da democracia, da cidadania e da educação integral circunscrita ao projeto societário burguês. Esse discurso que diversas vezes afirma pretender “atualizar” o pensamento do autor para análise do contexto atual tende a enfraquecê-lo na medida em que nega o horizonte da luta socialista para atender demandas imediatas postas pela sociabilidade dominante.

Tal tendência explicita-se em diversos aportes legais e teóricos que utilizam o pensamento gramsciano para justificar a possibilidade da implantação de forma processual da educação integral conforme o projeto societário neoliberal implantado no Brasil nos anos 1990.

Nessa mesma linha, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG, 2016) no relatório trienal (2013-2016) utiliza de forma descontextualizada fragmento das ideias do pensador sardenho para discussão acerca da presença das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que lutam em defesa da cidadania nos marcos da sociedade burguesa.

O documento supracitado exclui o debate sobre o horizonte revolucionário, apropriando de recorte do pensamento de Gramsci, o que demonstra o processo denominado por Neves (2005) de assepsia do pensamento radical no qual pensadores que defendem a instauração de uma nova ordem social são apropriados, mas no sentido de validar o modelo de sociedade vigente.

Retomar o debate sobre educação em Gramsci e relacioná-la com o horizonte revolucionário demonstra além da nossa postura teórico-política, o compromisso com o

pensamento crítico do autor que dedicou parte significativa da sua vida não apenas para combater a sociabilidade capitalista, mas para superá-la por meio da instauração de uma nova concepção de mundo socialista.

Negar esse horizonte de luta e aliar ao discurso do consenso que preza pela conciliação de interesses de classes e pela possibilidade da democracia e da educação integral restrita ao ordenamento burguês pode sinalizar de forma consciente ou não a adesão ao que Mézáros (2011) critica como luta defensiva do modelo societário dominante.

Noutro viés, a educação em Gramsci intenta a elevação das classes subalternas para se reconhecerem como sujeitos da história, médicos de si mesmos, capazes de interpretar de forma crítica o processo de submissão no qual estão submetidos para lutarem pela emancipação humana. É com essa perspectiva que nos comprometemos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGs (ABONG). Relatório **Trienal 2013-2016**. Rio de Janeiro: Abong, 2016.

BROCCOLI, Angelo. **Antonio Gramsci y la educación como hegemonia**. Editorial Nueva imagen, 1977.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Caderno do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v3.

_____. **Escritos políticos (1910-1920)**. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. v1.

_____. **Escritos políticos (1921-1926)**. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v.2

_____. **Cartas do Cárcere. 2**. Tradução Luiz Sérgio Henriques; organizadores Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 a.v1.

_____. **Cartas do Cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henriques; organizadores Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.v.2.

_____. **Democracia Operária: partido, sindicatos e conselhos.** Coimbra: Centelha, 1976.

JESUS, Antônio Tavares de. **Educação Hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci.** Campinas, SP: Cortez, 1989.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Escritos políticos. Tradução Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola.** Rio de Janeiro: Ática, 1990.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

Recebido em 12 de maio de 2017

Aceito em 17 de junho de 2017

Editado em 28 de julho de 2017